

Congresso aprova Orçamento com salário mínimo de R\$1.320 para 2023

AGÊNCIA BRASIL

Um dia após a promulgação da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que abriu espaço no Orçamento para despesas por meio da alteração da regra do teto de gastos, foi aprovado nesta quinta-feira (22) na Comissão Mista de Orçamento, e em seguida no plenário do Congresso Nacional, o relatório do senador Marcelo Castro (MDB-PI) à proposta orçamentária para 2023.

Entre outros pontos, o texto garante a viabilidade de promessas feitas na campanha pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva como o pagamento de R\$ 600 do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família, em 2023, além do adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. O salário mínimo em 2023 também vai ser um pouco maior a partir de 1º de janeiro, R\$ 1.320. A proposta do governo Bolsonaro previa



Congresso aprovou nesta quinta-feira, 22, reajuste no salário mínimo e garante os R\$ 600 para próximo Bolsa Família

R\$ 1.302.

Com a revisão dos números a partir a promulgação da Emenda Constitucional da Transição, o espaço fiscal foi ampliado para R\$ 169,1 bilhões. O teto de gastos da União passou de R\$ 1,8 trilhões para R\$ 1,95 trilhões. Além disso, o valor que será destinado para manutenção e desenvolvimento do ensino, passou de R\$ 119,8 bilhões para R\$ 130,6

bilhões. O montante mínimo em 2023 é de R\$ 67,3 bilhões.

O substitutivo de Castro aprovado hoje prevê a aplicação de R\$ 173,1 bilhões para ações e serviços públicos de saúde. O montante é maior que o valor mínimo exigido a ser aplicado na área, R\$ 149,9 bilhões. A peça orçamentária também manteve a estimativa de déficit primário de R\$ 231,5 bilhões. O acréscimo de R\$

63,7 bilhões, em relação à proposta enviada pelo Executivo, é reflexo da ampliação do teto de gastos de R\$ 145 bilhões e pelo espaço fiscal adicional de R\$ 23 bilhões gerado pela exclusão desse teto de despesas com investimentos.

Orçamento secreto

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela inconstitucionalidade das emen-

das de relator (RP9), conhecidas como orçamento secreto, em uma complementação de voto, Castro redistribuiu os R\$ 19,4 bilhões em emendas de relator previstas para o próximo ano: serão R\$ 9,6 bilhões para emendas individuais e R\$ 9,8 bilhões sob controle do governo federal, para execução dos ministérios.